

**UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-
BRASILEIRA – UNILAB**

PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO – PROGRAD

INSTITUTO DE CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA – CNeM

LUIS RENATO BRITO SOUSA

**TÉCNICAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA ALUNOS DE EDUCAÇÃO DE
JOVENS E ADULTOS**

ACARAPE-CE

2020

LUIS RENATO BRITO SOUSA

TÉCNICAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA ALUNOS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Monografia apresentada ao Curso de Licenciatura em Ciências da Natureza e Matemática do Instituto de Ciências Exatas e da Natureza – ICEN, da Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB, como parte dos requisitos para obtenção do título de Graduado em Ciências da Natureza e Matemática com habilitação em Matemática.

Orientador: Prof. Dr. Wesley Marinho Lozório

ACARAPE-CE

2020

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira
Sistema de Bibliotecas da UNILAB
Catalogação de Publicação na Fonte.

Sousa, Luis Renato Brito.

S723t

Técnicas de educação financeira para alunos de educação de jovens e adultos / Luis Renato Brito Sousa. - Redenção, 2020. 52f: il.

Monografia - Curso de Ciências da Natureza e Matemática, Instituto de Ciências Exatas e da Natureza, Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, Redenção, 2020.

Orientador: Prof. Dr. Wesley Marinho Lozório.

1. Educação financeira. 2. Educação de Jovens e Adultos. 3. Matemática financeira. I. Título

CE/UF/Biblioteca Setorial do Campus das Auroras CDD 332.024

LUIS RENATO BRITO SOUSA

TÉCNICAS DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA PARA ALUNOS DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Monografia apresentada como requisito para a obtenção do título de Licenciado em Ciências da Natureza e Matemática, na Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira, UNILAB – Campus da Liberdade.

Aprovado em 17/01/2020

BANCA EXAMINADORA

Professor. Dr. Wesley Marinho Lozório (Orientador)

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Professor. Ms. Joserlene Lima Pinheiro

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

Professor. Dr. Marcelo Dario dos Santos Amaral

Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB

“Dedico este trabalho aos meus avós maternos Mãe Rosa e Pai Bento, “in Memoriam”, meus maiores e melhores orientadores na vida”.

Agradecimentos

Agradeço primeiramente a Deus por ter me proporcionado energia para concluir mais essa etapa na minha trajetória acadêmica.

Também gostaria de agradecer a minha família, que nos estiveram presentes durante todo esse tempo, suportando todas as situações ao meu lado, durante esse processo de crescimento profissional.

Agradeço minha namorada Halline Maria pelo apoio emocional e pôr estar presente durante esse processo.

Agradeço a todos os meus professores na UNILAB, que proporcionaram momentos de aprendizados tanto dentro de sala de aula, quanto fora. Em especial ao Professor Dr. Wesley Marinho Lozório, que contribuiu para realização desse trabalho.

Agradeço a Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-Brasileira – UNILAB e a todos que a fazem funcionar, em proporcionar um local propício para a prática do ensino e aprendizagem.

Agradeço também a Escola de Ensino Médio Dr. Brunilo Jacó, em contribuir para com este trabalho, abrindo espaço para a aplicação dentro da escola.

Agradeço a todos meus amigos que estiveram nos melhores e piores momentos dessa trajetória.

A todos vocês muito obrigado!

“A educação é o nosso passaporte para o futuro, pois o amanhã pertence às pessoas que se preparam hoje”.

MALCOLM X

Resumo

A Educação de Jovens e Adultos durante a história brasileira sofreu diversas modificações em seu perfil educacional. Onde houveram momentos em que foi beneficiada, assim como foi esquecida e colocada de lado pelos governantes. A EJA possui como principais atores a escola, os alunos e os professores, que devem interagir entre si dando significado ao ambiente e as relações, cada um executando seu papel como sujeito no processo de ensino-aprendizagem em busca de uma identidade. Nos dias atuais ouve-se constantemente o termo educação financeira, uma vez que o conhecimento sobre o assunto é fundamental para qualquer cidadão, isso porque se faz necessidade para conduzir de maneira racional os recursos financeiros, para a obtenção de uma melhor qualidade de vida. A educação financeira sempre é importante para auxiliar as pessoas a planejar e gerir sua renda, poupar, investir e garantir uma vida financeira mais tranquila. Acredita-se que é tida como primeira necessidade a constatação do problema maior ou possível desajuste financeiro. O presente trabalho tem como objetivo mostrar as técnicas de educação e matemática financeira, para o público da modalidade de Educação de Jovens e Adultos do período referente ao ensino médio. O presente trabalho trata-se de uma pesquisa sobre a temática de educação financeira com foco em controle de gastos aplicados a alunos da modalidade de ensino de educação de Jovens e adultos. O mesmo foi realizado em duas etapas, onde a primeira consistiu em uma aplicação de questionários estruturados para o levantamento de informações sobre a identificação dos participantes, assim como os conhecimentos deles sobre o assunto proposto. A segunda etapa compreendeu-se de uma roda de conversa e de uma palestra sobre a temática. A partir dos dados coletados na pesquisa, foi possível concluir que dos alunos participantes, mais da metade, nunca obteve alguma capacitação sobre educação financeira, mesmo assim foi possível observar que a maioria realiza alguns dos procedimentos tanto na gestão de gastos, quanto em orçamentos familiares e pessoais. A palestra mostrou para os participantes, mecanismos para auxiliarem na hora das tomadas de decisões para os futuros gastos, da mesma forma que a roda de conversa, o espaço destinado para as dúvidas e os relatos foram bem interativos, obtendo os mesmos resultados.

Palavras-chave: Educação financeira; EJA; Matemática financeira; Ensino.

Abstract

Youth and Adult Education during Brazilian history has undergone several changes in its educational profile. Where there were times when it was benefited, as it was forgotten and set aside by the rulers. EJA has as its main actors the school, students and teachers, who must interact with each other giving meaning to the environment and relationships, each performing their role as subject in the teaching-learning process in search of an identity. Nowadays the term financial education is constantly heard, since knowledge on the subject is fundamental for any citizen, because it is necessary to conduct financial resources rationally, in order to obtain a better quality of life. Financial education is always important to help people plan and manage their income, save, invest and ensure a smoother financial life. It is believed that the first need is the finding of the biggest problem or possible financial mismatch. This paper aims to show the techniques of education and financial mathematics, for the public of the modality of Youth and Adult Education of the period referring to high school. The present work is an action research on the subject of financial education with focus on control of expenses applied to students of the teaching modality of Youth and adults education. It was carried out in two stages, where the first consisted of applying structured questionnaires to gather information about the participants' identification, as well as their knowledge about the proposed subject. The second stage comprised a conversation wheel and a lecture on the theme. From the data collected in the research, it was possible to conclude that more than half of the participating students had never obtained any training on financial education, yet it was observed that most perform some of the procedures in both spending management and family budgets. The lecture showed the participants mechanisms to assist in making decisions for future expenses, as well as the conversation wheel, the space for questions and reports were very interactive, obtaining the same results.

Keywords: Financial education; EJA; Financial math; Teaching.

Lista de figuras

Imagem 1 - Gráficos 1A, 1B e 1C.....	38
Imagem 2 - Gráficos 2A, 2B e 2C.....	39
Imagem 3 - Gráficos 3A, 3B e 3C.....	40
Imagem 4 - Gráficos 4A, 4B e 4C.....	41
Imagem 5 - Gráficos 5A e 5B.....	42

Lista de gráficos

Gráfico 1-A - Gênero dos alunos.....	38
Gráfico 1-B - Idade dos alunos.....	38
Gráfico 1-C - Estado Civil.....	38
Gráfico 2-A - Profissão.....	39
Gráfico 2-B - Renda.....	39
Gráfico 2-C - Dependência.....	39
Gráfico 3-A - Se receberam capacitação sobre Educação Financeira.....	40
Gráfico 3-B - Se consideram que Educação Financeira é importante.....	40
Gráfico 3-C - Utilidade da Educação Financeira.....	40
Gráfico 4-A - Sabe o que significa orçamento.....	41
Gráfico 4-B - Melhor forma de organizar os gastos.....	41
Gráfico 4-C - Acabar com as dívidas ou inadimplência.....	41
Gráfico 5-A - Motivo da realização de compras.....	42
Gráfico 5-B - Como realiza o pagamento das compras.....	42

Tabela 1. SAC	32
Tabela 2. PRICE	35

Lista de abreviaturas e siglas

BCB - Banco Central do Brasil

CEFET - Centros Federais de Educação Tecnológica

EJA - Educação de Jovens e Adultos

FUNDEB - Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

FUNDEF - Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério

LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional

MEC - Ministério da Educação

MOBRAL - Programa Movimento Brasileiro de Alfabetização

OCDE - Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PRICE - Sistema Francês de Amortização

PROEJA - Programa Nacional de Integração da Educação Profissional para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos

SAC - Sistema de Amortização Constante

Lista de símbolos

% - Porcentagem

J - Juros

C - Capital

i - Taxa de juro

t - Tempo / período

M - Montante

A - Amortização

P - Prestações

SD - Saldo devedor

a.m - Ao mês

Sumário

1	INTRODUÇÃO	14
2	EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	15
2.1	Educação de jovens e adultos no Brasil.....	15
2.2	Os componentes da EJA	18
3	EDUCAÇÃO FINANCEIRA	22
3.1	Organização, diagnóstico e planejamento financeiro	23
3.1.1	Planejamento e organização pessoal	24
3.1.2	Estado atual	25
3.1.3	Estado desejado.....	25
3.1.4	Planos de ação	26
4	MATEMÁTICA FINANCEIRA.....	27
4.1	Porcentagens / Taxas.....	27
4.2	Juros.....	28
4.2.1	Juros simples	28
4.2.2	Juros compostos.....	29
4.3	Sistema de amortização	30
4.3.1	Sistema de amortização constante (SAC).....	30
4.3.2	Sistema francês de amortização (PRICE).....	33
5	METODOLOGIA	36
6	RESULTADO E DISCUSSÃO	37
6.1	Caracterização do público	37
6.2	Sobre educação financeira.....	39
6.3	Orçamento e gestão de gastos.....	40
6.4	Diálogos sobre educação financeira e orçamento	42
7	CONCLUSÃO	44
	REFERÊNCIAS	45
	APÊNDICES	47

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos durante a história brasileira sofreu diversas modificações em seu perfil educacional. Onde houveram momentos em que foi beneficiada, assim como foi esquecida e colocada de lado pelos governantes. A inclusão de alunos que por muitas vezes nunca frequentaram uma sala de aula, fizeram com que esse grupo fosse sempre lembrado em discussões sobre ensino e a alfabetização da população nacional como um todo.

A falta de instrução da população faz com que muitas pessoas não consigam de certo modo ter um controle sobre as finanças pessoais e familiares. Diante disso, trabalhar a educação financeira em conjunto com a EJA, se torna uma saída para capacitar esses alunos que já possuem, mesmo que minimamente, conhecimentos práticos sobre o assunto.

Pensando nessa interação, o presente trabalho tem como objetivo mostrar as técnicas de educação e matemática financeira, tais como o conhecimento sobre juros (simples e compostos) e amortização, para o público da modalidade de Educação de Jovens e Adultos do período referente ao ensino médio, no intuito de contribuir para que eles possam vir a tomarem as melhores decisões perante a assuntos referentes a finanças.

A metodologia foi aplicada na Escola de Ensino Médio Dr. Brunilo Jacó, localizada na cidade de Redenção-CE, na turma de ensino da modalidade de educação de jovens e adultos no período noturno.

Para a concretização desta intervenção foram utilizados como proposta metodológica o uso de questionários para identificar o perfil dos participantes, assim como o seu entendimento sobre a temática. Além dos questionários foi realizada uma roda de conversa, além de uma palestra buscando capacitar os alunos participantes.

O trabalho está dividido em sete capítulos sendo eles: Educação de Jovens e Adultos; Educação Financeira; Matemática Financeira; Metodologia; Resultado e Discussão e Conclusão.

1 INTRODUÇÃO

A Educação de Jovens e Adultos durante a história brasileira sofreu diversas modificações em seu perfil educacional. Onde houveram momentos em que foi beneficiada, assim como foi esquecida e colocada de lado pelos governantes. A inclusão de alunos que por muitas vezes nunca frequentaram uma sala de aula, fizeram com que esse grupo fosse sempre lembrado em discussões sobre ensino e a alfabetização da população nacional como um todo.

A falta de instrução da população faz com que muitas pessoas não consigam de certo modo ter um controle sobre as finanças pessoais e familiares. Diante disso, trabalhar a educação financeira em conjunto com a EJA, se torna uma saída para capacitar esses alunos que já possuem, mesmo que minimamente, conhecimentos práticos sobre o assunto.

Pensando nessa interação, o presente trabalho tem como objetivo mostrar as técnicas de educação e matemática financeira, tais como o conhecimento sobre juros (simples e compostos) e amortização, para o público da modalidade de Educação de Jovens e Adultos do período referente ao ensino médio, no intuito de contribuir para que eles possam vir a tomarem as melhores decisões perante a assuntos referentes a finanças.

A metodologia foi aplicada na Escola de Ensino Médio Dr. Brunilo Jacó, localizada na cidade de Redenção-CE, na turma de ensino da modalidade de educação de jovens e adultos no período noturno.

Para a concretização desta intervenção foram utilizados como proposta metodológica o uso de questionários para identificar o perfil dos participantes, assim como o seu entendimento sobre a temática. Além dos questionários foi realizada uma roda de conversa, além de uma palestra buscando capacitar os alunos participantes.

O trabalho está dividido em sete capítulos sendo eles: Educação de Jovens e Adultos; Educação Financeira; Matemática Financeira; Metodologia; Resultado e Discussão e Conclusão.

2 EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Quando falamos de EJA nos dias atuais, nos deparamos com um sistema de escolarização falha, que busca, de alguma maneira, integrar os alunos que estão nessa situação de maneira que os mesmos possam a vir a concluir o seu período básico de estudo, uma vez que por algum motivo foram retirados desse processo, mas que retornaram por necessidade ou simplesmente por interesse.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) em seu art. 37 afirma que, a educação de jovens e adultos será destinada àquelas que não tiveram acesso ou continuidade de estudos no ensino fundamental e médio na idade própria.

Desta maneira Cortada (2013) e Tales e Soares (2016) definem EJA como sendo uma modalidade de ensino básico que possui como objetivo favorecer oportunidades de estudos para uma parcela dentro de uma sociedade, a qual não obteve acesso adequado aos estudos dentro da faixa de idade adequada, onde foram negligenciados nesse período, por algum motivo.

Entende-se também que a função da EJA vai muito mais além de apenas recuperar um tempo escolar perdido. Essa modalidade se tomou consigo um papel de emancipação do indivíduo diante das limitações impostas por uma sociedade intelectual, diante do semianalfabetíssimo e do analfabetismo da parte mais pobre da sociedade.

2.1 Educação de jovens e adultos no Brasil

O sistema educacional brasileiro durante os anos buscou de uma certa maneira encerrar com a alfabetização da população como um todo, além de torná-la em uma sociedade que obtivesse pelo menos o nível básico por completo, onde foram feitas várias tentativas de se alcançar essas condições, programas desde o período do império com o decreto de nº 7031, de 6 de setembro de 1878 criando os primeiros cursos noturnos destinados apenas para homens não letrados.

Como afirmado por Costa (2011, p. 57):

Este Decreto, em seu artigo primeiro, estabelecia: “em cada uma das escolas públicas de instrução primária do primeiro grau do município da corte, para o sexo masculino, é criado um curso noturno de ensino elementar para adultos, compreendendo as mesmas matérias que são lecionadas naquelas escolas”.

A educação apenas destinadas para os homens, mostravam que nessa época os homens possuíam uma posição melhor em relação as mulheres, isso se baseava nas relações de trabalho,

pois eram os homens que ficavam encarregados de trabalharem e assim trazer o sustento para o lar, enquanto as mulheres cuidavam da casa e dos filhos.

Durante a era Vargas e os anos que se seguiram esse público ganharam mais força, porém ainda não suficiente para erradicar o problema de uma população analfabeta, de acordo com Cortada (2013), a educação de adultos ganha mais importância com a Cruzada Nacional de Educação, quando mais uma vez tentou acabar com a analfabetismo no país, outro marco importante desse período é na década de 1950 quando a educação de adultos após diversas reformas passa a ter ações voltadas para o público feminino e masculino.

Durante a ditadura militar (1964 – 1985) surge o programa Movimento Brasileiro de Alfabetização (MOBRAL) criado a partir do decreto nº 62.455, de 22 de março de 1968 que buscava fazer pessoas letradas ensinarem pessoas não letradas e tinha como objetivo evidente abolir o analfabetismo no Brasil em um período de dez anos.

O programa iniciou com muitos recursos e assim recrutou diversos alfabetizadores mesmo que sem muita experiência para os ensinamentos desse público, trazendo consigo uma despreocupação com o saber docente, apenas se preocupando com o que seria conquistado ao final desse processo, o que fez com que uma parte da população apenas aprendesse a escrever seu nome para assinaturas de documentos.

Com o início da nova república a educação de jovens e adultos (EJA), tomam outros patamares sendo garantida diante da Constituição Federal de 1988.

O dever do Estado com a educação será efetivado mediante a garantia de:

- I – educação básica obrigatória e gratuita dos 4 (quatro) aos 17 (dezessete) anos de idade, assegurada inclusive sua oferta gratuita para todos os que a ela não tiveram acesso na idade própria; (...);
 - VI – oferta de ensino noturno regular, adequado às condições do educando; (...);
- §1º O acesso ao ensino obrigatório e gratuito é direito público subjetivo. (BRASIL, 2016a).

Ainda nos primeiros anos de redemocratização foi criada a Fundação Nacional para Educação de Jovens e Adultos - Educar que viria a substituir o então extinto MOBRAL, o que fez com que o ensino supletivo estivesse melhor assegurado, com políticas educacionais nacionais voltadas para este público, como afirmado por Haddad e Di Pierro (2000).

Apesar de ter herdado do MOBRAL funcionários, estruturas burocráticas, concepções e práticas político-pedagógicas, a Fundação Educar incorporou muitas das inovações sugeridas pela comissão que em princípios de 1986 formulou suas diretrizes político-pedagógicas.

A Educar assumiu a responsabilidade de articular, em conjunto, o subsistema de ensino supletivo, a política nacional de educação de jovens e adultos, cabendo-lhe fomentar o atendimento nas séries iniciais do ensino de 1º grau, promover a formação

e o aperfeiçoamento dos educadores, produzir material didático, supervisionar e avaliar as atividades (HADDAD; DI PIERRO, 2000, p. 120).

Essas ações fizeram com que a Fundação Educar assumisse um papel apoio técnico, atendendo ações indiretas aos municípios, estados e organizações da sociedade civil, com objetivo de que as atividades referentes a fundação fossem introduzidas progressivamente ao ponto de serem absorvidas pelo sistema de ensino supletivo estaduais e municipais.

No início da década de 1990 o presidente Fernando Collor de Melo extinguiu a Fundação Educar sem substituir por outro programa. Isso fez com que os órgãos públicos, além das organizações civis naquele momento comesçassem a arcar sozinhos com a responsabilidade educativa que era mantida pelo convênio com a Fundação. Esse ato deu-se início a descentralização da escolarização básica para a EJA, pois neste momento passaria para os municípios a responsabilidade pública dos programas de alfabetização e pós-alfabetização desse público.

Após o impeachment do presidente Collor em 1992 a presidência passa para o vice-presidente Itamar Franco que cria o plano Decenal no final de 1994, que tinha como proposta fixar metas para prover oportunidades tanto de acesso quanto de progressão do ensino fundamental para analfabetos quanto para jovens e adultos pouco escolarizados.

O plano Decenal foi colocado de lado pelo presidente Fernando Henrique Cardoso, dando prioridade a implementação de uma reforma política-institucional para a educação pública, uma dessas reformas foi a promulgação da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) lei 9394 de 20, de dezembro de 1996, o que para interesses do público da EJA resultou em apenas algumas modificações e reafirmações já garantidas pela constituição.

O ponto importante da reforma foi a aprovação da Emenda Constitucional de número 14, de 12 de setembro de 1996, que acabou por suprimir disposições transitórias da constituição vigente, alterando o artigo que comprometia os governos e a sociedade de uma maneira geral a erradicar o analfabetismo, além de universalizar o ensino fundamental até o ano de 1998.

Essa emenda desobrigou o governo federal o compromisso de aplicar metade de fundos que estavam vinculados à educação, o que acabaria implicando em elevadas despesas para manter a educação. Com a modificação, foram criados em cada um dos estados um Fundo de Desenvolvimento do Ensino Fundamental e Valorização do Magistério (FUNDEF).

A criação do FUNDEF fez com que o governo federal passasse a ser um agente com função de assessoria, além de redistributiva, buscando complementar os fundos dos Estados a quais não conseguisse arrecadar o valor mínimo por aluno ao ano, a qual foi fixado pelo decreto

presidencial que era baseado em previsões a partir das receitas e das matrículas nas escolas. Segundo Haddad e Di Pierro (2000) o FUNDED foi,

um mecanismo engenhoso pelo qual a maior parte dos recursos públicos vinculados à educação foi reunida em cada unidade federada em um Fundo contábil, posteriormente redistribuído entre as esferas de governo estadual e municipal proporcionalmente às matrículas registradas no ensino fundamental regular nas respectivas redes de ensino (p. 123).

Essa ação fez com que os estados e os municípios fossem obrigados a implementar planos de carreira para o magistério sendo aplicado para docentes efetivos em sua remuneração um percentual, o que correspondia a pelo menos 60% dos recursos. Outra ação do governo federal foi articular a EJA com a educação profissional, fazendo com que o ensino fosse direcionado ao mercado de trabalho a partir do decreto 2208 de 17 de abril de 1997.

De acordo com o BRASIL (2016b, p.49) temos que: “O valor do Fundo repassado ao ente governamental, 60% devia ser destinado ao pagamento dos profissionais do magistério em exercício no Ensino Fundamental”.

Durante o governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva houveram várias ações implementadas, tais como, a articulação do ensino da EJA com as modalidades de ensino básica e profissional, além disso foi durante esse governo que foram obrigando a implementação dos cursos profissionalizantes para a EJA nos Centros Federais de Educação Tecnológica (CEFET). Ainda no decorrer desse governo foi instituído o Programa Nacional de Integração da Educação Profissional para a modalidade de Educação de Jovens e Adultos (PROEJA).

Em 2006, foi publicado o Documento Base do PROEJA que indicava a intenção governamental de consolidar o programa como política pública para a Educação Profissional e EJA, estabelecendo a elevação da escolaridade dos trabalhadores e a integração dos conhecimentos científicos aos conhecimentos técnicos (FREIRE; CARNEIRO, 2016, p.38).

As ações para o melhoramento da EJA durante esse governo foram de significantes, uma vez que a modalidade havia sido esquecida pelos governos anteriores, esse melhoramento foi concretizado quando o governo federal cria o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB), o que ao do FUNDEF incluía a modalidade nos cálculos do fundo.

2.2 Os componentes da EJA

A EJA possui como principais atores a escola, os alunos e os professores, que devem interagir entre si dando significado ao ambiente e as relações, cada um executando seu papel como sujeito no processo de ensino-aprendizagem em busca de uma identidade.

Desta maneira, “concebe-se a escola como lugar que permite ao docente e ao discente se construírem e constituírem-se como indivíduos-sujeitos, dando os contornos da identidade escolar, configurando-se como espaço de significações e sentidos” (CORTADA, 2013, p. 18). Dessa forma, compreende-se que a escola passe nesse momento para um patamar importantíssimo de espaço para criações de sentidos e de ideias para os discentes, cabendo aos mesmos buscarem através do esforço a sua permanência e conclusão do ensino básico a qual não lhe deram chances adequadas para o encerramento desse período.

Além dos aspectos direcionados a escola, também vemos os alunos como uma parte desse processo, uma vez que os mesmos serão os principais interessados nesse percurso. E quando falamos nos alunos da EJA podemos dividir em dois grupos, os jovens e os adultos.

Sendo o primeiro grupo formado por alunos que apenas ultrapassaram a idade preestabelecida para uma determinada turma, onde se torna inviável sua permanência, pois a faixa etária já não condiz com a sua, isso se ocorre por conta da vasta experiência obtida nos anos anteriores.

Os alunos jovens são pessoas com idade a partir dos 15 anos que não concluíram a primeira etapa do ensino básico (ensino fundamental I, 1º ao 5º ano e ensino fundamental II, 6º ao 9º ano), e os alunos adultos com idade a partir de 18 anos que não concluíram a segunda etapa do ensino básico (ensino médio), que de alguma maneira foram excluídos do espaço escolar, seja por repetência a qual levou a não se enquadrarem a uma turma específica, ou seja por motivos pessoais, sendo eles em muitos casos a falta de recursos financeiros familiares.

Como afirma o art 38º da Lei 9.394 de 20 de dezembro de 1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB):

Art. 38. Os sistemas de ensino manterão cursos e exames supletivos, que compreenderão a base nacional comum do currículo, habilitando ao prosseguimento de estudos em caráter regular.

§ 1º Os exames a que se refere este artigo realizar-se-ão:

I – no nível de conclusão do ensino fundamental, para os maiores de quinze anos;

II – no nível de conclusão do ensino médio, para os maiores de dezoito anos.

§ 2º Os conhecimentos e habilidades adquiridos pelos educandos por meios informais serão aferidos e reconhecidos mediante exames. (BRASIL, 2017).

Esses alunos buscam de alguma maneira encontrar mecanismos para a conclusão de seus estudos, muito embora não consigam estar enquadrados no ensino regular dentro da faixa etária adequada.

Já a outra parte desse grupo são aquelas pessoas que por alguma razão nunca tiveram contato com a escola, sendo elas de localidades e famílias pobres, que necessitavam utilizar da agricultura ou de serviços que exigisse esforço físico maior do que o intelectual para sobreviver, essas por sua vez chegam até a sala de aula com uma dificuldade maior do que os demais, porém muitas vezes com uma motivação ainda maior pelo aprendizado,

Outro desafio da multiplicidade dos alunos da EJA é o aluno idoso. Pessoas que, pela falta de oportunidade e circunstâncias da vida, não tiveram a chance de serem alfabetizadas ou concluírem os estudos. Geralmente, em idade avançada, com dificuldades motoras, visuais e auditivas esse indivíduo, que não desistiu de aprender a ler e escrever, vê também no segmento uma oportunidade de novas relações sociais, buscando, na escola, um espaço social para suprir a ausência da família já formada, ou de seus cônjuges. (CORTADA, 2013, p. 28).

Para Oliveira (1999), compreender a realidade do adulto que frequenta um curso de EJA, entendendo suas limitações de qualificações, e evitando compará-lo com alunos universitários ou de cursos de capacitação de outros meios, pode tornar o processo de ensino-aprendizagem mais atrativo para esse público. Com isso deve-se entender que em sua maioria são vítimas do êxodo rural, advindo de famílias com pouca escolaridade, muitas vezes beirando o analfabetismo, vendo nos cursos suplementares ou de modalidade de educação de jovens e adultos a possibilidade de melhoria de vida e condições de trabalho.

Esse grupo em especial traz consigo uma grande carga de experiências a serem compartilhadas dentro de sala de aula, com os demais alunos como também com os professores, pois já vivenciaram muito em seu tempo de vida. As experiências trazidas por eles podem auxiliar nas aulas, isso porque suas histórias atreladas a conhecimentos acumulados e reflexões sobre eles e o ambiente a qual estão inseridos, servem de base para conectar a realidade com os conteúdos propostos pelos professores.

De acordo com a LDB em seu Art 26 afirmam que:

Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos (BRASIL, 2017. p. 19).

Esses currículos também se estendem para a modalidade da EJA, dentro de cada nível de ensino. Porém devem ser estar adequados a realidade encontrada na comunidade a qual esses alunos estão inseridos.

Para garantir que os currículos sejam executados de maneira adequada e estejam em conformidade com a realidade dos alunos, os professores da EJA buscam através de

redirecionamento das concepções uma organização pedagógica considerando todas as particularidades desse segmento. Essas ações de acordo com Silva, Queiroz e Monteiro (2015) afirmam que:

Dentro desse contexto, o educador da EJA deve propor um ensino que almeje resgatar a cidadania do indivíduo, bem como sua autoestima e também o interesse de participar da sociedade, a partir da promoção de situações que desenvolvam o pensamento crítico e reflexivo, sem deixar de considerar os conhecimentos e habilidades de que esses sujeitos dispõem adquiridos de modo informal, em suas experiências acumuladas, cotidianamente, na comunidade onde vivem e nos espaços de trabalho (SILVA; QUEIROZ; MONTEIRO, 2015, p.2).

As interações dentro de sala de aula entre professor e aluno, são formadas por trocas de experiências entre as partes, pelo lado dos discentes, eles compartilham suas vivências no cotidiano onde são utilizados os conteúdos aprendidos durante as aulas, já os professores possuem o trabalho de atrelar as suas vivências, juntamente com as dos alunos as disciplinas a qual leciona, fazendo desta maneira uma ligação entre o teórico e o prático.

Por estarmos falando de uma modalidade que busca incluir alunos que não possuem idade para estarem em sala de aula regular, necessitamos de uma certa maneira de profissionais que estejam capacitados para tal ação, o que se torna um obstáculo, pois a formação docente acaba por ser destinada para atuar em relação aos alunos de ensino regular e de faixa etária adequada.

Entender como funciona a EJA é fundamental para um bom desempenho dos professores, de modo que não existe um cenário perfeito de atuação principalmente nesta modalidade, parte da formação dos professores a preparação desses profissionais para contribuir com o aprendizado dos alunos. Assim como afirma Machado (2008), que os cursos de formação docente têm como foco o aluno ideal, dentro das circunstância da escola, principalmente no momento que deve haver o contato com a escola, além das disciplinas de estágio supervisionado.

3 EDUCAÇÃO FINANCEIRA

Nos dias atuais ouve-se constantemente o termo educação financeira, uma vez que o conhecimento sobre o assunto é fundamental para qualquer cidadão, isso porque se faz necessidade para conduzir de maneira racional os recursos financeiros, para a obtenção de uma melhor qualidade de vida.

Segundo a Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico (OCDE) a educação financeira é definida como sendo,

[...] o processo pelo qual consumidores/investidores financeiros melhoram sua compreensão de produtos e conceitos financeiros e, através de informações, instruções e/ou conselhos objetivos, desenvolvem as habilidades e a confiança necessárias para se tornarem mais conscientes dos riscos e oportunidades financeiros, escolhas informadas, saber para onde buscar ajuda e tomar outras ações eficazes para melhorar seu bem-estar financeiro (OECD, 2005, p.13).

A educação financeira busca desta maneira garantir uma melhor condição dos rendimentos e dos gastos, assim como dos planejamentos para realização de objetivos, para que sejam executados sem nenhuma dificuldade ou necessidade de desfazer de bens necessários.

Os diálogos sobre educação financeira nos dias atuais são de uma grande importância e quando iniciado cedo na vida pessoal, acabam por fazerem uma grande diferença nas tomadas de decisão dos indivíduos, isso porque estarão menos suscetíveis a cometerem erros.

Essas orientações podem acontecer em diversos lugares, sejam eles em casa com os familiares a partir das vivências dos mesmos, assim como na escola através da disciplina de matemática, uma vez que a mesma pode garantir subsídios teóricos e técnicos para a compreensão.

Vivemos em um período onde o mercado financeiro está cada vez mais visado pela população, isso acontece porque nos últimos anos a sociedade passou por várias modificações no perfil de investidores, deixando de ser apenas destinados aos de classes mais alta, passando a ter integrantes da classe média, essa alteração se deu por conta de um ambiente economicamente mais estáveis.

Segundo o Banco Central do Brasil (BCB) (2013, p.7) afirma que, “esse ambiente econômico estável possibilitou o aumento da oferta de produtos e serviços financeiros, entre eles o crédito, ampliando o poder de consumo de grande parte da população, inclusive daqueles anteriormente excluídos do sistema financeiro”. Esse aumento do número de pessoas utilizando de uma maneira acessível o sistema financeiro, trouxe uma consequência extrema pois os novos

investidores, muitas vezes não possuíam uma compreensão sobre o assunto, acabando entrando em um grave problema, a inadimplência pela fácil aquisição de crédito e os gastos excessivos.

Desta maneira faz-se necessário o conhecimento sobre o mercado financeiro, para que assim a população possa estar melhor preparada e desta forma não cometa tantos erros, assim como afirma Banco Central do Brasil (2013, p.7):

A educação financeira é o meio de prover esses conhecimentos e informações sobre comportamento básicos que contribuem para melhor a qualidade de vida das pessoas e de suas comunidades. É, portanto, um instrumento para promover o desenvolvimento econômico. Afinal, a qualidade das decisões financeiras dos indivíduos influencia, no agregado, toda a economia, por estar intimamente ligada a problemas como os níveis de endividamento e de inadimplência das pessoas e a capacidade de investimentos dos países.

Essas instruções fazem com que os consumidores de serviços financeiros estejam mais conscientes em suas tomadas de decisões, uma vez que a partir dos conhecimentos adquiridos podem garantir um controle no consumo compulsivo, pois saberão diferenciar os gastos supérfluos dos gastos necessários.

Outro fator que faz com que a educação financeira seja necessária para a população, se dá a partir do planejamento financeiro e do orçamento pessoal e familiar, isso porque a maioria das famílias nos dias atuais, não se utilizam dessas ferramentas para auxiliarem em suas tomadas de decisões na hora de adquirirem alguma dívida.

3.1 Organização, diagnóstico e planejamento financeiro

A educação financeira sempre é importante para auxiliar as pessoas a planejar e gerir sua renda, poupar, investir e garantir uma vida financeira mais tranquila. Acredita-se que é tida como primeira necessidade a constatação do problema maior ou possível desajuste financeiro. As indicações de que algo está bem ou prestes a acontecer começam a sinalizar com advertência positiva ou negativa. É aí, que a sensatez vai falar mais alto e mostrar todas as possibilidades de avanço ou recuo.

Segundo Cerbasi (2009, p 11), quanto mais você aperfeiçoar sua organização financeira, mais disciplinada será sua vida e, com isso, mais organização você terá em outros níveis. Muitas vezes dar um tempo nos investimentos é ato de sabedoria, é medo de um problema devastador futuro que pode resultar num grande sofrimento ocasionando quem sabe a ruína de uma família ou empresa. Em se tratando de finanças, é incerto garantir se vai dar certo ou se vai ter prejuízo.

Entender que a vida é feita de possibilidades, e que cada uma delas vai necessitar de poder de decisão, é necessário compreender que a imprevisibilidade está presente em cada uma delas, desta forma, determinar recursos favoráveis e desfavoráveis para elas é importante, seja qual natureza for, como por exemplo: doenças, viagens, outro negócio mais interessante, uma oferta melhor, etc...

Analisar a situação e buscar melhores soluções servem para confrontar o resultado com o real e traçar maneiras eficazes de uma sustentabilidade mais sólida e confiante. Só após ter esta constatação, vem o momento racional, planejar que pode e deve ser feito de forma que tudo fique bem.

3.1.1 Planejamento e organização pessoal

A vida só funciona com planejamento, a organização, o equilíbrio e o conhecimento educativo vão proporcionar uma vida financeira equilibrada dentro das possibilidades concretas e possíveis de cada situação social. Assim você terá maior controle sobre o seu dinheiro, e maior a sua consciência sobre suas escolhas e eficácia no uso de sua renda. Cerbasi (2009, p 16-17), ainda complementa que:

[...] o equilíbrio financeiro não está em ter as contas em dia, sem dívidas atrasadas e sem investimentos. O equilíbrio desse tipo de situação é muito tênue e pode se desfazer diante de qualquer imprevisto. [...] para estar financeiramente seguro, você precisa contar com reservas financeiras que lhe permitam escolhas profissionais e pessoais sem elevar o dinheiro a um grau de importância maior do que seus valores pessoais.

Elaborar um planejamento financeiro visa uma melhor estabilidade, além de equilibrar as finanças, traçar diretrizes, organizar e determinar ações a serem seguidas e obedecidas. Desse jeito é possível de serem utilizadas e alcançar objetivos desejados. Mas às vezes acabam desviando um pouco das metas em função de algumas despesas ou serviço que causa desequilíbrio no orçamento. Segundo o autor, a dificuldade de resistir às tentações que o dinheiro nos oferece não consegue fazer reservas financeiras.

Por isso que toda a família é fundamental no desenvolvimento do orçamento, para que assim possa conhecer seu potencial econômico, ter noção de valores e as metas estabelecidas, além dos prazos e prioridades. Sendo capaz de gerar renda e classificar as necessidades dentro dos objetivos de curto e longo prazos.

3.1.2 *Estado atual*

As formas de facilidades de como lidar com as finanças, induziram a ver outras formas de viver uma nova realidade. As formas de pagamento mostraram ao consumidor que ele pode e deve obter bens que antes eram apenas uma vontade impossível. As facilidades de pagamentos e financiamentos facilitados levam a sociedade a utilizar esses mecanismos para adquirirem seus bens e melhorarem destaques sociais.

Essa empolgação tem levado a um grande caos, o endividamento. É comum observar o grande número de inadimplentes, o acúmulo de dívidas tem tirado o sossego da maioria das pessoas de baixa renda. Elas compram além da conta e vivem de renegociações, enquanto sua dívida só aumenta. Hoje as pessoas só valorizam o ter, e assim a todo custo, procurar obter.

Muitos não conseguem ter noção de suas finanças pessoais, desconhecendo assim os seus gastos, sua forma de lidar com as despesas e principalmente os fatores que lhe motivam a gastar. Fazendo assim o uso excessivo do cheque especial, empréstimo pessoal, carnê de loja, financiamento de veículos e as altas faturas de cartão de créditos. Por isso, é fundamental importância iniciar um planejamento que sirva independente de suas necessidades individuais.

O primeiro passo para a independência financeira é gastar menos do que se ganha, controlando o orçamento doméstico. A seguir, traçar um plano que defina quanto poupar por mês, e durante quanto tempo, para chegar à renda que vocês pretendem ter na aposentadoria. Se, além disso, conseguirem fazer sobrar mais do que precisam para cumprir as metas do plano, no final do mês haverá dinheiro sobrando na conta. (CERBASI, 2004, p.73)

Garantindo assim um bom planejamento, de gastar de acordo com suas possibilidades o que leva a poupar dinheiro, o que deixa claro o sucesso pessoal e profissional. Além da escolha dos investimentos, assim têm a chance de ter uma vida financeira tranquila e um futuro seguro.

3.1.3 *Estado desejado*

Objetivos conseguidos, e de ter uma relação positiva com o dinheiro, defina suas metas e ou prioridade com clareza, como irá agir para concretizar esses desejos e destinar os valores para tais objetivos. É preciso que haja a compreensão que poupar é importante, mas não é o suficiente para corrigir os problemas adquiridos. É preciso que a poupança renda o máximo que conseguir, além de fazer os investimentos adequados independente da renda que recebe, e ir guardando por menor que seja, parte deste valor para possíveis emergências.

Os conhecimentos adquiridos no processo de administração das finanças, fazem com que as pessoas se tornem mais conscientes sobre as decisões financeiras ao longo do tempo, e principalmente nas tomadas de decisões nos investimentos e se tornarem mais preparadas para lidar em situações de obtenção de bens ou serviços. Além de saberem administrar as próprias dívidas e das habilidades no trato do gerenciamento da renda.

3.1.4 Planos de ação

O delineamento de todas as ações necessárias para alcançar um objetivo é denominado plano de ação. Trata-se de um dos momentos mais importantes, vai ser a avaliação das prioridades e condições além de definir o resultado que deve ser atingido. Para ser considerado um plano bom, este deve ser claro, determinando o que, como e quando deverá ser feito, definindo valor e a razão para a realização de cada ação.

Refletir sobre como gostaria de realizar seus objetivos em curto, médio e no longo prazo. Fazer uma estimativa de quanto da sua renda será destinada e de quanto tempo isso deve acontecer. E separar em etapas para que possa ser capaz de acompanhar cada fase definida sem problemas.

Através de uma planilha é possível fazer um planejamento onde nenhuma tarefa seja deixada para trás, desde as mais simples até a mais complexa. Nela deve está consolidada todas as informações necessárias para a concretização de forma rápida e prática e também para que se possa tomar as decisões antes de ser colocadas em prática, evitando previamente eventuais problemas.

4 MATEMÁTICA FINANCEIRA

Podemos definir a matemática financeira como sendo a área da matemática que possui interesse de estudar o valor do dinheiro no decorrer de um determinado tempo, a partir de alguma aplicação. Desta maneira a matemática financeira fornece diversos instrumentos que auxiliam no estudo e na avaliação das maneiras de aplicação do dinheiro.

Ela pode ser constantemente encontrada no dia a dia, durante uma compra de algum produto aparecendo através de valores ou porcentagens. Compreender essa ferramenta pode trazer ao usuário uma perspectiva racional, durante a avaliação de uma compra e/ou até mesmo na hora de uma tomada de decisão, diante de um ponto de vista a qual proporcionará uma maximização da utilização dos recursos financeiros, garantido maior rentabilidade.

A utilização da matemática financeira busca de acordo com Oesterrich (2019) não somente contribuir para a melhoria do raciocínio lógico individual, mas vai muito além garantido um envolvimento em relação ao desenvolvimento em volta da realidade, buscando utilizar ferramentas financeiras, tais como, porcentagens, juros, bem como sistemas de amortização, condicionando praticamente e efetivamente na tentativa de auxiliar através dos cálculos nas melhores escolhas de aquisição financeira.

4.1 Porcentagens / Taxas

A porcentagem vem da ideia de dividir um todo em cem partes iguais. Dentro das finanças a geração de taxas de descontos ou de aumentos se tornam destaques no dia a dia das populações, vindos principalmente dos comércios, mercado financeiro, financiamento entre outros. Atualmente, a porcentagem também aparece em diversas situações do dia a dia: por exemplo, em aumento de produtos nos supermercados, correção salarial, inflação, financiamentos etc.

Logo porcentagem é a divisão de um número real x por 100. Sendo representada pelo uso do símbolo $\%$. O número vem acompanhado pelo símbolo, ou na forma fração de denominador 100, além da forma decimal. Ela serve para calcularmos porcentagem de quantias, aumentos percentuais, descontos percentuais, aumentos e descontos sucessivos.

Exemplo:

50% (forma percentual)
50/100 (forma fracionada)
0,5 (forma decimal)

4.2 Juros

Quando o homem começou a associar o dinheiro com o tempo, houve a necessidade de criar algo que fizesse com que o valor pudesse modificar com o decorrer do tempo, assim surge os juros para fazer esse papel da modificação do valor monetário após um período de tempo. O juro desta maneira pode ser definido como sendo o valor adicional que se paga pelo empréstimo de uma quantia durante período pré-determinado. Podendo ser habitualmente o tipo simples ou composta.

De acordo com Oesterreich (2019, pág 37), o “Capital também chamado de principal, é o valor monetário disponível para empréstimo que pode estar relacionado a algum bem ou ao dinheiro em espécie”. O autor ressalta ainda que as Taxa de juros são o “valor expresso na forma percentual que será utilizada sobre o capital para calcular o juro”. Já o período é o "espaço de tempo em que o capital ficou aplicado ou emprestado”. Por fim o montante “também chamado de capital final é o resultado da adição entre o capital e os juros”.

4.2.1 Juros simples

Os juros simples são calculados de acordo com o capital inicial investido, sendo a cobrança de juros relacionada a compras à prazos, aplicações bancárias, pagamentos de impostos atrasados, entre outras situações relacionadas. O rendimento deve ser calculado sobre o valor inicial, e deve-se usar a seguinte fórmula:

$$J = C \cdot i \cdot t$$

$$M = C + J$$

Onde:

J: Juros,
 C: Capital, que é o valor da aplicação,
 i: Taxa de juro a ser usada na aplicação,
 t: Tempo/ período da aplicação,
 M: Montante.

Exemplo: Carlos emprestou R\$ 2.000,00 para seu amigo Gustavo a uma taxa de juros simples de 7% a.m sobre o valor inicial. Qual o valor dos juros pago por Gustavo no período de 5 meses?

Resolução:

$$C = R\$ 2.000,00$$

$$i = 7\% \text{ a.m} = 0,07 \text{ a.m}$$

$$t = 5 \text{ meses}$$

$$J = C \cdot i \cdot t = (2.000) \cdot (0,07) \cdot (5) = 700$$

Gustavo irá pagar R\$ 700,00 de juros no final de 5 meses para Carlos pelo empréstimo.

Exemplo 2: Carlos emprestou R\$ 2.000,00 para seu amigo Gustavo a uma taxa de juros simples de 5% a.m sobre o valor inicial. Qual o valor dos juros pago por Gustavo no período de 5 meses?

Resolução:

$$\begin{aligned} C &= R\$ 2.000,00 \\ i &= 5\% \text{ a.m} = 0,05 \text{ a.m} \\ t &= 5 \text{ meses} \\ J &= C \cdot i \cdot t = (2.000) \cdot (0,05) \cdot (5) = 500 \end{aligned}$$

Gustavo irá pagar R\$ 500,00 de juros no final de 5 meses para Carlos pelo empréstimo.

Exemplo 3: Carlos emprestou R\$ 2.000,00 para seu amigo Gustavo a uma taxa de juros simples de 7% a.m sobre o valor inicial. Qual o valor dos juros pago por Gustavo no período de 7 meses?

Resolução:

$$\begin{aligned} C &= R\$ 2.000,00 \\ i &= 7\% \text{ a.m} = 0,07 \text{ a.m} \\ t &= 7 \text{ meses} \\ J &= C \cdot i \cdot t = (2.000) \cdot (0,07) \cdot (7) = 980 \end{aligned}$$

Gustavo irá pagar R\$ 980,00 de juros no final de 7 meses para Carlos pelo empréstimo.

Podemos notar que uma simples mudança na taxa ou no tempo alteram os resultados de forma significativa.

4.2.2 Juros compostos

Os juros compostos são calculados sobre o capital inicial investido, mais o rendimento gerado até o momento. É utilizado nas aplicações financeiras, como na elaboração de financiamentos. Sua fórmula é:

$$M = C \cdot (1 + i)^t$$

Onde:

M: Montante,
C: Capital, que é o valor da aplicação,
I: Taxa de juro a ser usada na aplicação,
t: Tempo/ período da aplicação.

Exemplo: Henrique aplica um capital de R\$ 7.000,00 em uma instituição financeira, na forma de capitalização de juros composto. Ele pretende resgatar após dois anos a uma taxa de 0.8% a.m. Determine o montante que Henrique irá resgatar ao final do período.

Resolução

$$\begin{aligned}
 C &= R\$ 7.000,00 \\
 i &= 0,8\% \text{ a.m} = 0,008 \text{ a.m} \\
 t &= 2 \text{ anos} = 24 \text{ meses} \\
 M &= C \cdot (1 + i)^t \\
 M &= 7.000 \cdot (1 + 0,008)^{24} \\
 M &= 7000 \cdot (1,008)^{24} \\
 M &= 7000 \cdot (1,2107) \\
 M &= 8.475,22
 \end{aligned}$$

Logo Henrique irá resgatar no final de dois anos a quantia de R\$ 8.475,22.

4.3 Sistema de amortização

São sistemas que se pode recorrer para sanar empréstimos contraídos a partir da indisponibilidade de recursos para investimentos, ou seja, um processo de extinção de uma dívida através de pagamentos periódicos, onde cada prestação corresponde à soma do reembolso do capital ou do pagamento dos juros, ou pode ser de ambos. Os mais utilizados no mercado financeiro brasileiro são: o Sistema de Amortização Constante SAC e o Sistema PRICE.

4.3.1 Sistema de amortização constante (SAC)

Conhecido como o sistema no qual as prestações ficam menores ao longo do tempo. É “utilizado principalmente para o financiamento de imóveis, entre outras aplicações, possui como principal característica, a constância da amortização da dívida durante o período em que foi realizado”, afirma Oesterreich (2019, pág 43).

As características do SAC são de

- As parcelas serem sempre decrescentes;
- Os juros serem decrescentes;
- A amortização ser constante;
- O saldo devedor ser decrescente.

Sendo assim, considere a amortização (A), o capital financiado (C) e o período do financiamento (t), logo temos a relação

$$A = \frac{C}{t}$$

Desta mesma forma, seja as o valor das prestações (P), os juros (J), temos que as prestações serão iguais a soma da amortização com os juros.

$$P_n = A + J_n$$

Por fim seja o saldo devedor (SD), a taxa do financiamento (i), temos que os juros serão iguais ao produto do saldo devedor referente a prestação anterior pela taxa do financiamento.

$$J_n = (SD_{n-1}) \cdot i$$

Exemplo: Carlos solicitou um empréstimo no valor de R\$ 15.000,00 para pagar em 10 prestações mensais iguais e consecutivas, sendo que a primeira parcela tem seu vencimento 30 dias após a data da contratação. Sabendo que a taxa de juros cobrada pela financeira é de 8% ao mês, calcule o valor da prestação e os juros e cota de amortização de cada mês considerando que o banco utiliza o Sistema de Amortização Constante.

Resolução:

$$\begin{aligned} C &= R\$15.000,00 \\ t &= 10 \text{ meses} \\ i &= 8\% = 0,08 \text{ a. m.} \\ A &= 15.000/10 = R\$ 1.500,00 \end{aligned}$$

É possível a partir desse momento, calcular o saldo devedor para cada período:

$$\begin{aligned} SD_n &= (SD_{n-1}) - A \\ SD_1 &= 15.000 - 1.500 = R\$ 13.500,00 \\ SD_2 &= 13.500 - 1.500 = R\$ 12.000,00 \\ SD_3 &= 12.000 - 1.500 = R\$ 10.500,00 \\ SD_4 &= 10.500 - 1.500 = R\$ 9.000,00 \\ SD_5 &= 9.000 - 1.500 = R\$ 7.500,00 \\ SD_6 &= 7.500 - 1.500 = R\$ 6.000,00 \\ SD_7 &= 6.000 - 1.500 = R\$ 4.500,00 \\ SD_8 &= 4.500 - 1.500 = R\$ 3.000,00 \\ SD_9 &= 3.000 - 1.500 = R\$ 1.500,00 \\ SD_{10} &= 1.500 - 1.500 = R\$ 0,00 \end{aligned}$$

Da mesma maneira podemos calcular e os juros para cada período:

$$J_n = (SD_{n-1}) \cdot i$$

$$\begin{aligned}
 J_1 &= 15.000 \cdot 0,08 = 1.200,00 \\
 J_2 &= 13.500 \cdot 0,08 = 1.080,00 \\
 J_3 &= 12.000 \cdot 0,08 = 960,00 \\
 J_4 &= 10.500 \cdot 0,08 = 840,00 \\
 J_5 &= 9.000 \cdot 0,08 = 720,00 \\
 J_6 &= 7.500 \cdot 0,08 = 600,00 \\
 J_7 &= 6.000 \cdot 0,08 = 480,00 \\
 J_8 &= 4.500 \cdot 0,08 = 360,00 \\
 J_9 &= 3.000 \cdot 0,08 = 240,00 \\
 J_{10} &= 1.500 \cdot 0,08 = 120,00
 \end{aligned}$$

Por fim podemos calcular as parcelas de cada período:

$$\begin{aligned}
 P_n &= A + J_n \\
 P_1 &= 1.500 + 1.200 = 2700,00 \\
 P_2 &= 1.500 + 1.080 = 2580,00 \\
 P_3 &= 1.500 + 960 = 2460,00 \\
 P_4 &= 1.500 + 840 = 2340,00 \\
 P_5 &= 1.500 + 720 = 2220,00 \\
 P_6 &= 1.500 + 600 = 2100,00 \\
 P_7 &= 1.500 + 480 = 1980,00 \\
 P_8 &= 1.500 + 360 = 1860,00 \\
 P_9 &= 1.500 + 240 = 1740,00 \\
 P_{10} &= 1.500 + 120 = 1620,00
 \end{aligned}$$

Desta forma pode-se demonstrar os dados gerados em uma tabela.

Tabela 1. SAC

Período (t)	Saldo Devedor (SD)	Amortização (A)	Juros (J)	Prestação (P)
0	R\$ 15.000,00	-	-	-
1	R\$ 13.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.200,00	R\$ 2.700,00
2	R\$ 12.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 1.080,00	R\$ 2.580,00
3	R\$ 10.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 960,00	R\$ 2.460,00
4	R\$ 9.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 840,00	R\$ 2.340,00
5	R\$ 7.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 720,00	R\$ 2.220,00
6	R\$ 6.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 600,00	R\$ 2.100,00
7	R\$ 4.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 480,00	R\$ 1.980,00
8	R\$ 3.000,00	R\$ 1.500,00	R\$ 360,00	R\$ 1.860,00
9	R\$ 1.500,00	R\$ 1.500,00	R\$ 240,00	R\$ 1.740,00

10	R\$ 0,00	R\$ 1.500,00	R\$ 120,00	R\$ 1.620,00
Total	-	R\$ 15.000,00	R\$ 6.600,00	R\$ 21.600,00

Elaborado pelo autor

4.3.2 Sistema francês de amortização (PRICE)

É bastante utilizado em situações cotidianas no parcelamento/financiamento de móveis, eletrodomésticos, automóveis, empréstimos, etc., onde as prestações são iguais e de acordo com Oesterreich (2019, pág 47), apresenta as seguintes características:

- Parcelas constantes
- Juros decrescentes
- Amortizações crescentes
- Saldo devedor decrescente

Sendo assim considerando o valor das prestações (P), o capital a ser financiado (C), a taxa do financiamento (i) e o período de financiamento (t), temos que P é dado por:

$$P = C \cdot \left[\frac{(1+i)^t \cdot i}{(1+i)^t - 1} \right]$$

Todo os juros da parcela n é cobrado a partir do saldo devedor após o pagamento da parcela anterior.

Seja os juros das parcelas (J) e o saldo devedor (SD), temos que:

$$J_n = (SD_{n-1}) \cdot i$$

Assim como no SAC o valor das prestações é dada pelos juros somado a amortização (A), desta maneira temos que a amortização é o valor das prestações subtraído dos juros

$$A_n = P - J_n$$

Por fim temos que o SD é gerado assim como o do SAC:

$$SD_n = (SD_{n-1}) - A_n$$

Exemplo: Carlos solicitou um empréstimo no valor de R\$ 15.000,00 para pagar em 10 prestações mensais iguais e consecutivas, sendo que a primeira parcela tem seu vencimento 30 dias após a data da contratação. Sabendo que a taxa de juros cobrada pela financeira é de 8% ao mês, calcule o valor da prestação e os juros e cota de amortização de cada mês considerando que o banco utiliza o Sistema PRICE.

$$\begin{aligned}
 C &= R\$15.000,00 \\
 t &= 10 \text{ meses} \\
 i &= 8\% = 0,08 \text{ a.m.} \\
 P &= C \cdot \left[\frac{(1+i)^t \cdot i}{(1+i)^t - 1} \right] = 15.000 \cdot \left[\frac{(1+0,08)^{10} \cdot 0,08}{(1+0,08)^{10} - 1} \right] = 15.000 \cdot \left[\frac{(1,08)^{10} \cdot 0,08}{(1,08)^{10} - 1} \right] \\
 &= 15.000 \cdot \left[\frac{2,159 \cdot 0,08}{2,159 - 1} \right] = 15.000 \cdot \left[\frac{0,173}{1,159} \right] = 15.000 \cdot 0,15 = R\$ 2.235,44
 \end{aligned}$$

Calculando o saldo devedor, os juros e a amortização de cada período

$$\begin{aligned}
 A_n &= P - J_n \\
 A_1 &= 2.235,44 - 1,200 = 1.035,44 \\
 A_2 &= 2.235,44 - 1.117,16 = 1.118,28 \\
 A_3 &= 2.235,44 - 1.027,70 = 1.207,74 \\
 A_4 &= 2.235,44 - 931,08 = 1.304,36 \\
 A_5 &= 2.235,44 - 826,73 = 1.408,71 \\
 A_6 &= 2.235,44 - 714,04 = 1.521,40 \\
 A_7 &= 2.235,44 - 592,33 = 1.643,11 \\
 A_8 &= 2.235,44 - 460,88 = 1.774,56 \\
 A_9 &= 2.235,44 - 318,91 = 1.916,53 \\
 A_{10} &= 2.235,44 - 165,59 = 2.069,85
 \end{aligned}$$

$$\begin{aligned}
 SD_n &= (SD_{n-1}) - A_n \\
 SD_1 &= 15.000 - 1.035,44 = 13.964,56 \\
 SD_2 &= 13.964,56 - 1.118,28 = 12.846,28 \\
 SD_3 &= 12.846,28 - 1.207,74 = 11.638,54 \\
 SD_4 &= 11.638,54 - 1.304,36 = 10.334,18 \\
 SD_5 &= 10.334,18 - 1.408,71 = 8.925,47 \\
 SD_6 &= 8.925,47 - 1.521,40 = 7.404,07 \\
 SD_7 &= 7.404,07 - 1.643,11 = 5.760,96 \\
 SD_8 &= 5.760,96 - 1.774,56 = 3.986,40 \\
 SD_9 &= 3.986,40 - 1.916,53 = 2.069,87 \\
 SD_{10} &= 2.069,87 - 2.069,85 = 0,02
 \end{aligned}$$

$$\begin{aligned}
 J_n &= (SD_{n-1}) \cdot i \\
 J_1 &= 15.000 \cdot 0,08 = 1.200,00 \\
 J_2 &= 13.964,56 \cdot 0,08 = 1.117,16
 \end{aligned}$$

$$\begin{aligned}
 J_3 &= 12.846,28 \cdot 0,08 = 1.027,70 \\
 J_4 &= 11.638,54 \cdot 0,08 = 931,08 \\
 J_5 &= 10.334,18 \cdot 0,08 = 826,73 \\
 J_6 &= 8.925,47 \cdot 0,08 = 714,04 \\
 J_7 &= 7.404,07 \cdot 0,08 = 592,33 \\
 J_8 &= 5.760,96 \cdot 0,08 = 460,88 \\
 J_9 &= 3.986,40 \cdot 0,08 = 318,91 \\
 J_{10} &= 2.069,87 \cdot 0,08 = 165,59
 \end{aligned}$$

Tabela 2. PRICE

Período (t)	Saldo Devedor (SD)	Amortização (A)	Juros (J)	Prestação (P)
0	R\$ 15.000,00	-	-	-
1	R\$ 13.964,56	R\$ 1.035,44	R\$ 1.200,00	R\$ 2.235,44
2	R\$ 12.846,28	R\$ 1.118,28	R\$ 1.117,16	R\$ 2.235,44
3	R\$ 11.638,54	R\$ 1.207,74	R\$ 1.027,70	R\$ 2.235,44
4	R\$ 10.334,18	R\$ 1.304,36	R\$ 931,08	R\$ 2.235,44
5	R\$ 8.925,47	R\$ 1.408,71	R\$ 826,73	R\$ 2.235,44
6	R\$ 7.404,07	R\$ 1.521,40	R\$ 714,04	R\$ 2.235,44
7	R\$ 5.760,96	R\$ 1.643,11	R\$ 592,33	R\$ 2.235,44
8	R\$ 3.986,40	R\$ 1.774,56	R\$ 460,88	R\$ 2.235,44
9	R\$ 2.069,87	R\$ 1.916,53	R\$ 318,91	R\$ 2.235,44
10	R\$ 0,02	R\$2.069,85	R\$ 165,59	R\$ 2.235,44
Total		R\$ 14.999,98	R\$ 7.354,42	R\$ 22.354,40

Elaborado pelo autor

5 METODOLOGIA

O presente trabalho trata-se de uma pesquisa-ação sobre a temática de educação financeira com foco em controle de gastos aplicados a alunos da modalidade de ensino de educação de Jovens e adultos. O mesmo foi realizado em duas etapas, onde a primeira consistiu em uma aplicação de questionários estruturados para o levantamento de informações sobre a identificação dos participantes, assim como os conhecimentos deles sobre o assunto proposto. A segunda etapa compreendeu-se de uma roda de conversa e de uma palestra sobre a temática.

A pesquisa-ação, trata-se de um método de pesquisa que trata os participantes como produtores do conhecimento em conjunto com os pesquisadores, de modo a deixar de serem objetos de pesquisa, assim agindo como sujeito-parceiro, com interação, cooperando no levantamento de dados como na distribuição de informação, conforme afirma Tozoni-Reis (2009).

Este trabalho foi realizado na Escola de Ensino médio Dr. Brunilo Jacó, localizada na cidade de Redenção no estado do Ceará. Tendo como foco uma turma noturna da modalidade de Educação de Jovens e Adultos, na disciplina de matemática.

Na primeira etapa do trabalho foi realizada a elaboração e aplicação de dois questionários estruturados, o primeiro com 19 perguntas e o segundo com 13 perguntas ambas com questões de múltiplas escolhas (ver anexo I e II). Aplicados na turma de EJA, na disciplina de matemática com 30 alunos. Esses questionários foram adaptados de Silva & Pereira (2015), que aplicou com alunos regulares de ensino médio, adaptado para alunos da modalidade EJA.

Já a segunda etapa foi utilizada dois procedimentos, sendo o primeiro uma roda de conversa com os alunos abordando o assunto de educação financeira e controle de gastos, enquanto a segundo foi uma palestra intitulada de “Educação financeira: planejamento e orçamento familiar”, onde os dois procedimentos foram aplicados na mesma turma de EJA, os diálogos não foram registrados a pedido da turma.

6 RESULTADO E DISCUSSÃO

Com relação aos questionários aplicados, houve uma assiduidade nas respostas de 100% dos participantes, onde todos os alunos da turma responderam os mesmos, além da participação dos momentos (roda de conversa e palestra).

Para análise de dados houve uma junção das respostas devido os questionários serem complementares e alguns participantes não terem respondido de forma adequada os questionários.

A metodologia aplicada via a roda de conversa e palestra foi utilizada de forma a adaptar para os participantes para tornar os momentos mais dinâmicos e confortáveis para o público.

6.1 Caracterização do público

É possível observar (Imagem 1-A) que 53% dos participantes são do sexo masculino podendo ser atribuído pela cultura de provimento da casa, onde devido a dificuldades financeiras os homens são obrigados a iniciar a vida profissional mais cedo. Menezes (2008) identifica o trabalho como elemento que ajuda a construir de uma identidade masculina socialmente valorizada, do provedor do lar, como mostrado nos dados.

A imagem 1-B mostra que mais da metade dos participantes possuem idades entre 20 e 30 anos, seguidos por alunos com menos de 20 anos, esse último caracterizado pela saída da faixa etária das turmas regulares. Machado e Rodrigues (2014) revelaram que jovens entre 18 e 29 anos representam 35% dos que não concluíram ou não frequentaram a educação básica.

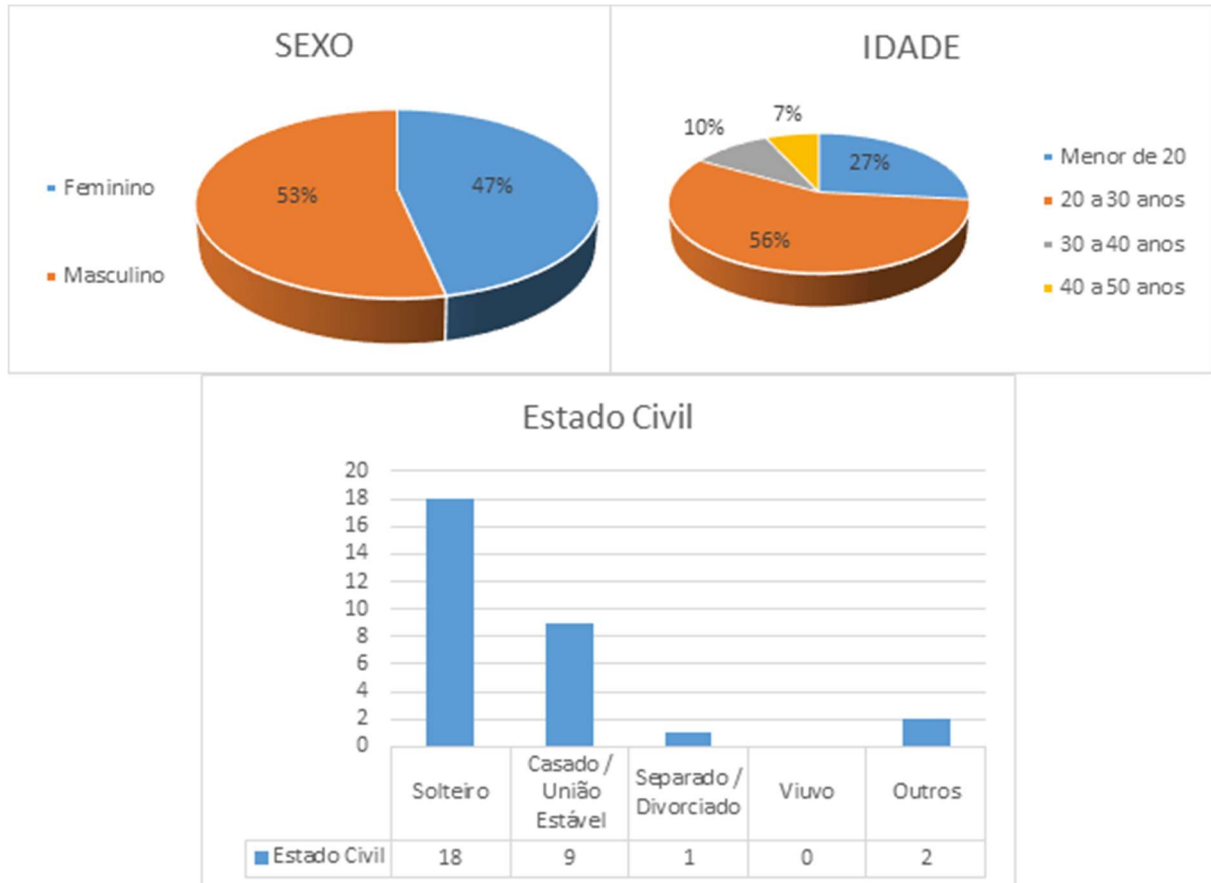
Com relação ao estado civil (imagem 1-C), a grande parte dos participantes são solteiros (18), seguidos por casados ou em união estável (9), reforçando ainda mais a ideia de provimento da família/casa.

Com relação a profissão (Imagem 2-A) ou fonte de renda dos participantes, é possível observar que 12 participantes se identificaram apenas como estudantes sem emprego fixo, seguidos de trabalhadores privados e por outras formas de renda como autônomos.

Confirmando a informação das fontes de renda, 20 pessoas recebem menos de um salário mínimo sendo apenas 2 desses participantes que recebem mais de R\$ 500,00 até R\$ 800,00, essa renda (Imagem 2-B) reduzida pode ser atribuído à falta de escolaridade, desvalorizando a força de trabalho desses participantes.

Segundo Jardimino e Araújo (2014), esses alunos buscam através da certificação não só manter a situação profissional, mas também a ascensão social. Muitos deles, para chegar até a sala de aula, transpuseram barreiras pelo desejo de aprender. Barreiras essas erguidas pela família, pelo preconceito e até pela exclusão social.

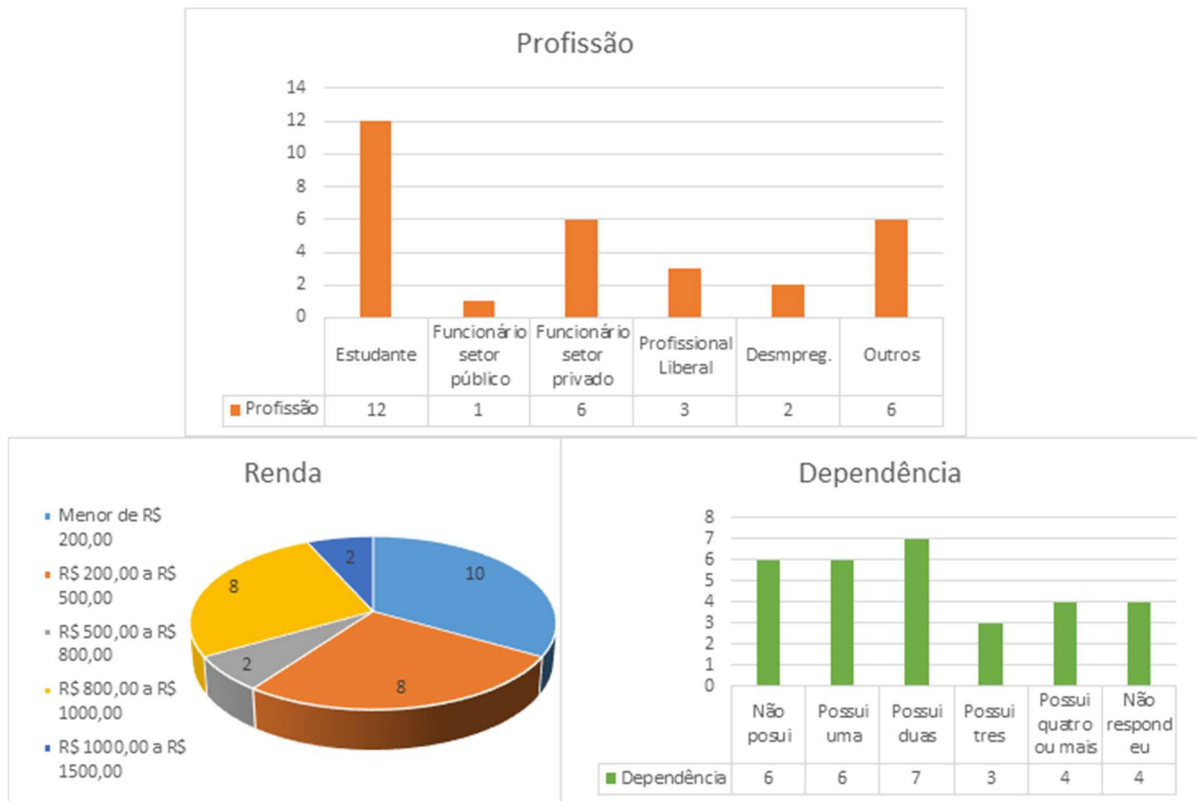
Imagem 1. A) Gráfico demonstrativo dos participantes do sexo masculino e feminino. B) Faixa etária dos participantes. C) Estado civil dos participantes.



Elaborado pelo autor

Na imagem 2-C é possível constatar que de 30 participantes, 20 possuem algum dependentes, variando de um ou mais dependentes, sejam eles filhos ou outros, reforçando a ideia de abandono do ensino regular pela necessidade de ajudar no sustento familiar.

Imagem 2. A) Gráfico relacionado a profissão dos participantes. B) Faixa de renda dos participantes. C) Dependência dos participantes.



Elaborado pelo autor

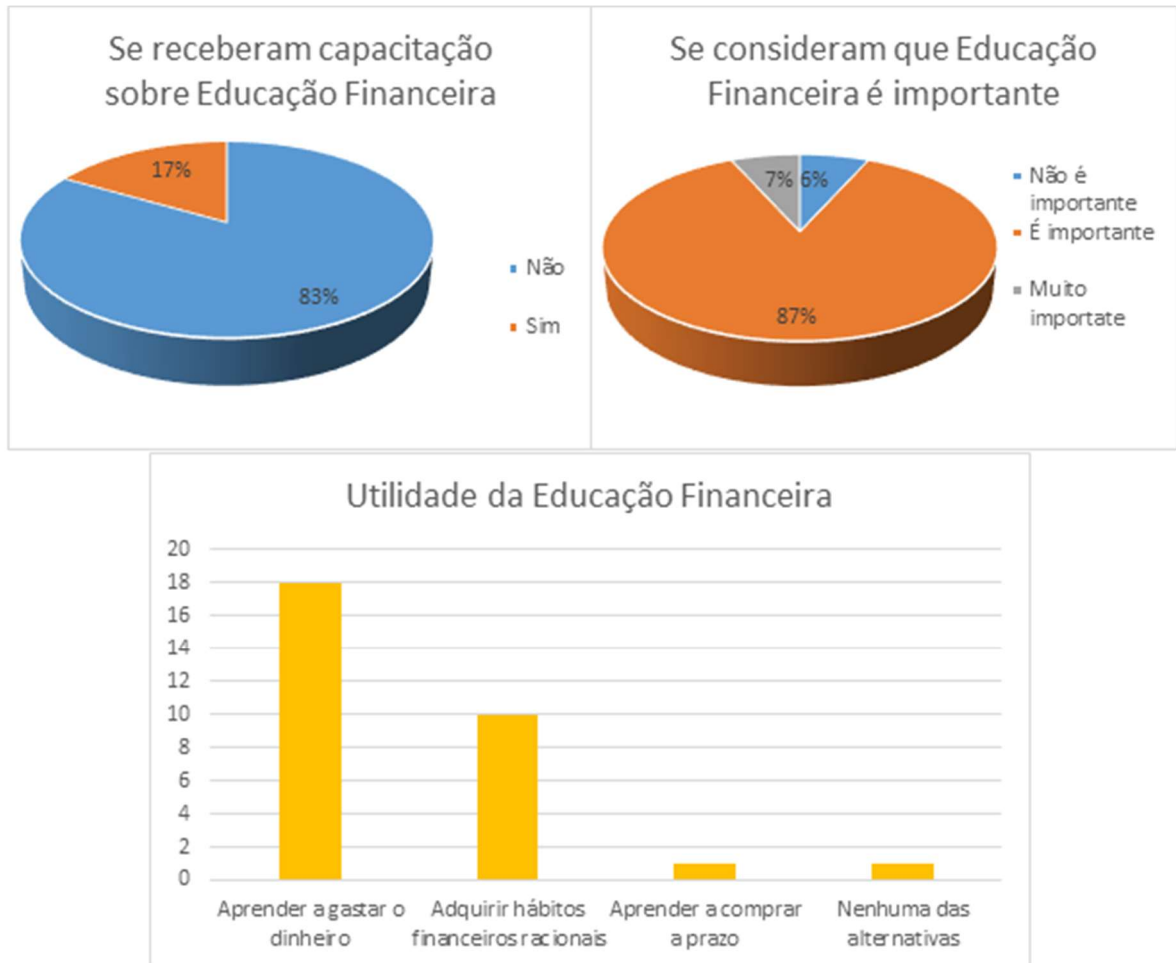
6.2 Sobre educação financeira.

Ao serem perguntados se já haviam recebido algum tipo de capacitação sobre educação financeira (Imagem 3-A), 83% afirmou não ter recebido nenhum tipo de capacitação, correspondendo a grande maioria não ter conhecimento científico sobre o tema.

Quando questionados sobre a importância (Imagem 3-B) da educação financeira, 87% considerou a educação financeira um tema importante apenas 6% considerou não importante o tema. é possível observar que mesmo sem o conhecimento científico o público considera o tema relevante.

No gráfico da imagem 3-C , é possível ver que quando perguntados sobre qual a utilidade da educação financeira, maior parte dos participantes afirmou que a educação financeira serve para ensinar a gastar o dinheiro, seguido dos que afirmam que serve para adquirir hábitos financeiros mais racionais.

Imagem 3. A) Gráfico referente a capacitação dos participantes sobre a temática. B) Importância da educação financeira para os participantes. C) Utilização da educação financeira para os participantes.



Elaborado pelo autor

6.3 Orçamento e gestão de gastos.

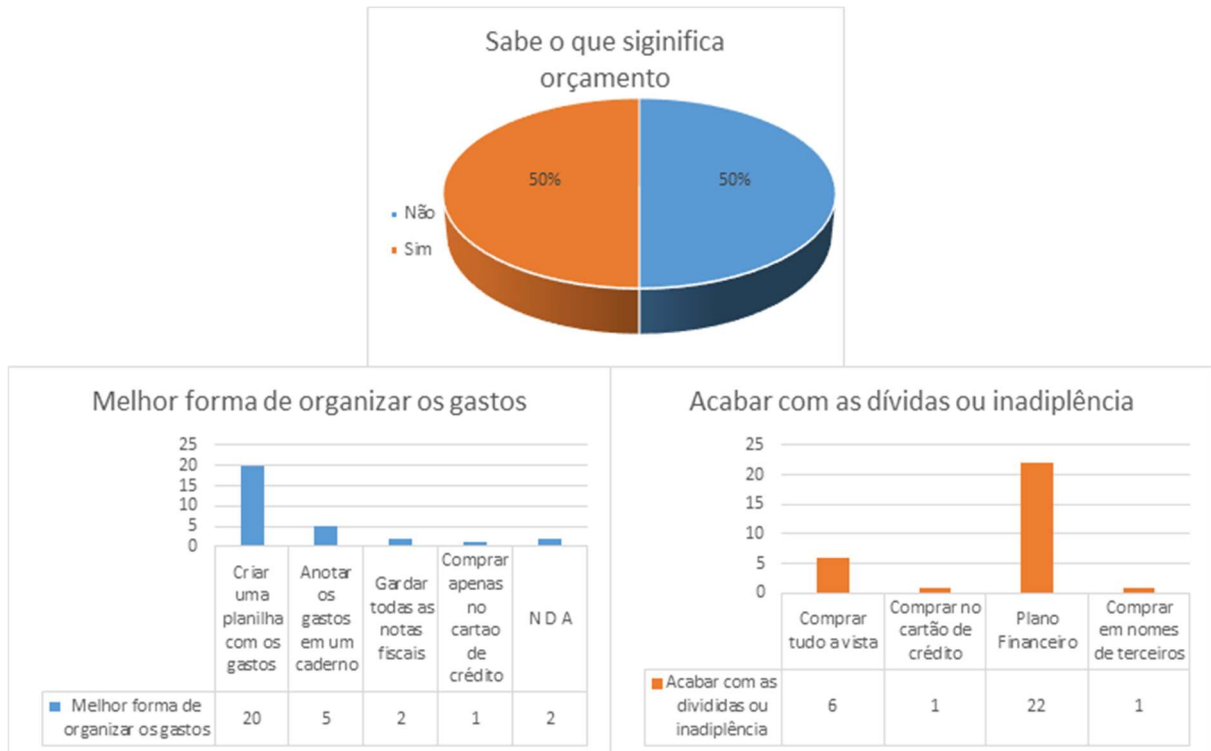
Quando questionados sobre se saberiam dizer o que significava orçamento (Imagem 4-A), metade da turma respondeu saber o significado do termo, o que por sua vez mostra que existe um grande percentual de estudantes instruídos financeiramente.

Já quando questionados sobre a melhor maneira de organizar os gastos existentes (Imagem 4-B), a maioria dos alunos afirmaram que o melhor método é construir uma planilha para verificar de maneira mais adequada o direcionamento dos gastos.

No gráfico da imagem 4-C, podemos observar que a maioria dos alunos ao serem questionados sobre a melhor forma de acabar com as dívidas ou inadimplências é construindo um plano financeiro.

Podemos verificar a partir da imagem 4 que a maioria dos alunos, mesmo sem um conhecimento sobre orçamento, afirmaram que criar uma planilha e realizar um plano financeiro seria a melhor maneira de organizar os gastos e erradicar as dívidas.

Imagem 4. A) Significado de orçamento para os participantes. B) Organização dos gastos para os participantes. C) Dependência dos participantes.

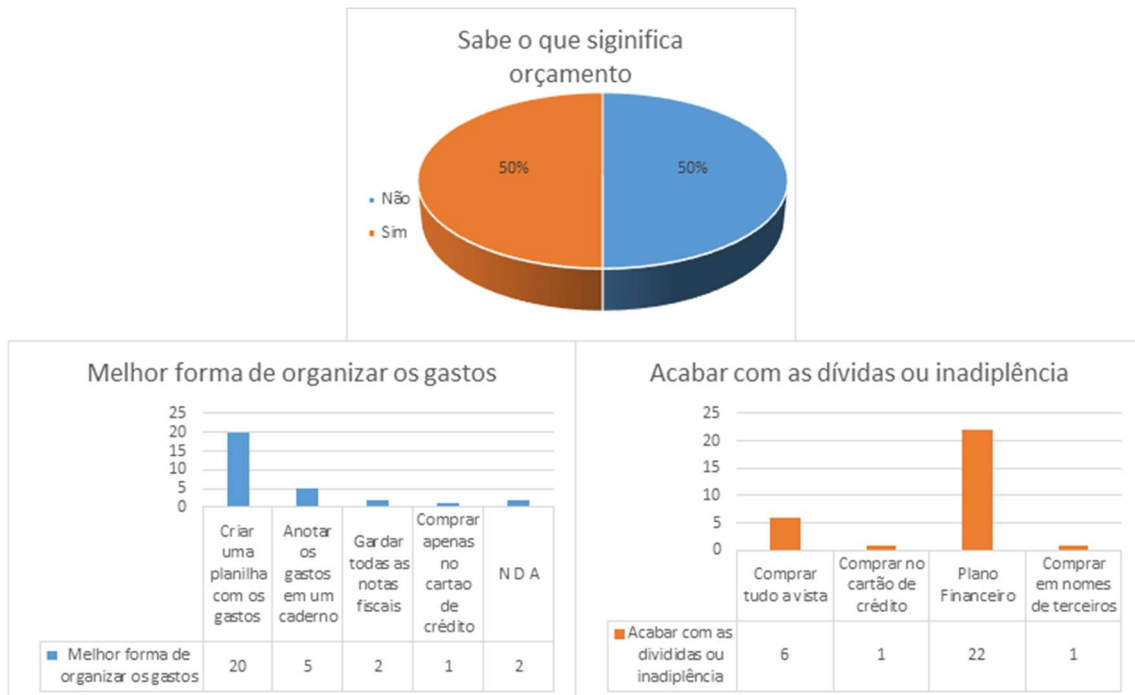


Elaborado pelo autor

Quando questionados os motivos que os levam a realizar alguma compra (Imagem 5-A), a maioria informou que realiza compras por haver alguma necessidade, porém os produtos quando em promoção também fazem com que uma outra parte realize alguma compra.

Já para a maioria dos alunos quando questionados sobre a forma que realiza o pagamento das compras (Imagem 5-B) afirmaram que utilizam de cartão de crédito, para o pagamento da aquisição de algum produto.

Imagem 5. A) Significado de orçamento para os participantes. B) Organização dos gastos para os participantes.



Elaborado pelo autor

6.4 Diálogos sobre educação financeira e orçamento

A segunda etapa do trabalho consistiu na aplicação de uma roda de conversa sobre educação financeira e uma palestra sobre orçamento pessoal e familiar. Onde a roda de conversa teve como foco instruir os alunos a respeito da temática de educação financeira, utilizando aporte teórico de autores tais como Cerbasi (2012) e (2004), como também Macedo Junior (2013) para auxiliar nas informações repassadas para os alunos.

A conversa foi guiada pelos seguintes assuntos:

- Educação financeira
- Dívidas e inadimplências
- Mudanças de hábitos
- Saúde financeira

Pode se observar que a turma interagiu bastante durante a conversa, uma vez que surgiram diversos questionamentos e dúvidas, sobre a temática baseada nas experiências dos mesmos no dia a dia, mostrando desta maneira que o tema uma vez presente ainda cedo na realidade desses alunos poderia resultar em uma outra perspectiva sobre o assunto.

Por fim foi realizado uma palestra com a temática de planejamento e orçamento financeiro familiar, utilizando aporte teórico nos autores Cerbasi (2012) e Macedo Junior (2013), no apoio das informações repassadas.

A palestra teve como foco o planejamento de gastos, assim como a utilização de um orçamento familiar para verificação da situação financeira. Desta maneira a apresentação foi estruturada pensando nos seguintes pontos:

- Diagnóstico financeiro
- Organização financeira
- Dívidas
- Inadimplência
- Planejamento de gastos
- Controle de gastos

Ao final da palestra foram abertos um espaço para questionamentos dos alunos, assim como relatos de experiências daqueles que por sua vez já realizavam partes dos que foi apresentado para eles. Demonstrando mais uma vez o interesse desses alunos em relação à temática, reforçando ainda mais há necessidade de interação do tema com os alunos o quanto antes.

7 CONCLUSÃO

A partir dos dados coletados na pesquisa, foi possível concluir que dos alunos participantes, mais da metade, nunca obteve alguma capacitação sobre educação financeira, mesmo assim foi possível observar que a maioria realiza alguns dos procedimentos tanto na gestão de gastos, quanto em orçamentos familiares e pessoais.

Também foi possível observar que as faltas de instrução técnica tornam limitadas as ações dos mesmos para com a proposta de educação financeira e que apenas as práticas não garantem que os mesmos possam vir a tomar as melhores decisões, na hora de gerenciar seus recursos financeiros.

Da mesma maneira foi observado durante os encontros, que os alunos buscaram interagir principalmente na roda de conversa, uma vez que muitos deles nunca tiveram um contato técnico com a temática, as dúvidas dos participantes assim como seus depoimentos, fizeram com que a compreensão do assunto fosse melhor assimilada pelos mesmos. Isso se deve pelo fato de que as experiências de um estudante serviram de base para outros tomarem as mesmas escolhas ou optarem por outros caminhos.

A palestra mostrou para os participantes, mecanismos para auxiliarem na hora das tomadas de decisões para os futuros gastos, da mesma forma que a roda de conversa, o espaço destinado para as dúvidas e os relatos foram bem interativos, obtendo os mesmos resultados.

Essa proposta de trabalho vem a ser complementar ao currículo de ensino dessa modalidade, uma vez que o período de ensino para esse público é muito curto e não contempla todo o conteúdo curricular do ensino regular, garantindo que os alunos finalizem o período educacional melhor capacitados.

Por fim, o trabalho mostrou-se necessário para esse público, uma vez que o período de ensino que os mesmos estão recebendo é muito curto, apenas em um ano e seis meses, o que faz com que muitos assuntos não sejam abordados, por não estarem presentes no currículo do EJA.

REFERÊNCIAS

BANCO CENTRAL DO BRASIL. **Caderno de Educação Financeira: gestão de finanças pessoais**. Brasília: BCB, 2013.

BRASIL. [Constituição (1988)] **Constituição da República Federativa do Brasil**: texto constitucional promulgado em 5 de outubro de 1988, com as alterações determinadas pelas Emendas Constitucionais de Revisão nos 1 a 6/94, pelas Emendas Constitucionais nos 1/92 a 91/2016 e pelo Decreto Legislativo no 186/2008. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2016a.

_____. Ministério da Educação (MEC). **Curso Fundeb**: Brasília: MEC, FNDE, 2016b

_____. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. Lei número 9394, 20 de dezembro de 1996. Brasília: Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017.

CERBASI, Gustavo Petrasunas, **Como organizar sua vida financeira: inteligência financeira pessoal na prática**. Rio de Janeiro : Elsevier, 2012.

_____. **Casais inteligentes enriquecem juntos**. São Paulo: Editora Gente, 2004.

COSTA, A. L. J. As escolas noturnas do município da corte: estado imperial, sociedade civil e educação do povo (1870-1889). **Educação e Sociedade**. n.114, v. 32. Campinas: Jan-Mar, 2011.

CORTADA, S. A EJA, um território de compassos e descompassos. In: CORTADA, S. (org). **EJA educação de jovens e adultos e seus diferentes contexto**. Jundiaí, Paco Editorial: 2013.

CRESPO, Antônio Arnot. **Matemática financeira fácil**. 14.ed. São Paulo: Saraiva, 2009.

FREIRE, P. C. M.; CARNEIRO, M. E. F. Reflexões sobre a educação de jovens e adultos: contradições e possibilidades. **Revista Brasileira de Educação Profissional e Tecnológica**. n. 10, v. 1. Natal: RBEPT, 2016

HADDAD, S.; DI PIERRO, M. C. Escolarização de jovens e adultos. **Revista Brasileira de Educação**. n.14, Rio de Janeiro: Mai – Ago, 2000.

HAZZAN, S.; POMPEO, J. N. **Matemática Financeira**. Ed. Saraiva. 7ª Edição. São Paulo: Saraiva, 2014.

JARDILINO, J. R. L.; ARAÚJO, R. M. B. de. **Educação de Jovens e Adultos: sujeitos, saberes e práticas**. São Paulo: Cortez, 2014.

MACHADO, M. M. Formação de professores para EJA: uma perspectiva de mudança. **Revista Relatos da Escola**, n. 2-3, v. 2. Brasília: Jan-Dez, 2008

MACHADO, M. M.; RODRIGUES, M. E. C. A EJA na próxima década e a prática pedagógica do docente. **Retratos da Escola**, Brasília, v. 8, n. 15, p. 383-395, 2014.

MACEDO JUNIOR, J. S. **A árvore do dinheiro**. Florianópolis: Insular, 2013.

MENEZES, C, S, **As masculinidades na escola: histórias e memórias da escolarização de alunos da educação de jovens e adultos da Rede Municipal de João Pessoa**. 2008. 172 f. Dissertação (Mestrado Educação) - Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2008.

OLIVEIRA, M. K. Jovens e adultos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem. **Revista Brasileira de Educação**. n.12, Rio de Janeiro: Set – Dez, 1999.

ORGANISATION FOR ECONOMIC CO-OPERATION AND DEVELOPMENT. **Improving Financial Literacy: analysis of issues and policies**. Paris, 2005.

SILVA, A. M. Metodologia da pesquisa. 2 ed. Fortaleza: EdUece, 2015.

SILVA, S. P.; QUEIROZ, A. M.; MONTEIRO, V. B. **O papel dos professores da EJA: perspectiva e desafios**. Encontro de Iniciação à Docência da UEPB, João Pessoa: V ENID, 2015.

TALES, D. A; SOARES, M. P. S. B. **Educação de jovens e adultos: desafios e possibilidades na alfabetização**. Revista Educação e Emancipação, São Luís, v. 9, n. 1, Jan - Jun, 2016.

TOZONI-REIS, M. F. C. **Metodologia da pesquisa**. 2 ed. Curitiba: IESDE, 2009.

APÊNDICES

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA - UNILAB

INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA – ICEN

CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA – CNeM

QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS

- | | |
|---|--|
| <p>1- Indique a sua faixa etária</p> <p>a) Abaixo de 20 aos.</p> <p>b) De 20 a 30 anos.</p> <p>c) De 30 a 40 anos.</p> <p>d) De 40 a 50 anos.</p> <p>e) Acima de 50 anos.</p> <p>2- Sexo:</p> <p>a) Feminino.</p> <p>b) Masculino.</p> <p>3- Estado Civil:</p> <p>a) Solteiro.</p> <p>b) Casado/União Estável.</p> <p>c) Separado/Divorciado.</p> <p>d) Viúvo.</p> <p>e) Outro.</p> <p>4- Qual tipo de fonte de renda?</p> <p>a) Assalariado/Contratado.</p> <p>b) Assalariado/Efetivo.
Autônomo.</p> <p>c) Não possui renda.</p> <p>Caso tenha uma fonte de renda</p> <p>5- Qual o valor de sua renda?</p> <p>a) Menos que 200 reais/mês.</p> <p>b) De 200 a 500 reais/mês.</p> <p>c) De 500 a 800 reais/mês.</p> <p>d) De 800 a 1000 reais/mês.</p> <p>e) De 1000 a 1500 reais/mês.</p> <p>f) Acima de 1500 reais.</p> <p>6- Você já recebeu alguma capacitação sobre Educação Financeira?</p> | <p>a) Sim.</p> <p>b) Não.</p> <p>7- Você considera que a Educação Financeira é importante para a vida pessoal?</p> <p>a) Não, não é importante.</p> <p>b) Sim, é importante.</p> <p>c) Pouco importante.</p> <p>d) Muito importante.</p> <p>Caso considere a Educação Financeira importante</p> <p>8- Para que serve uma boa Educação Financeira?</p> <p>a) Para aprender a gastar o seu dinheiro.</p> <p>b) Para aprender a adquirir hábitos financeiros racionais.</p> <p>c) Para aprender como comprar a prazo.</p> <p>d) Para aprender usar crédito.</p> <p>e) Nenhuma das alternativas anteriores.</p> <p>9- Você sabe o que significa orçamento financeiro?</p> <p>a) Sim.</p> <p>b) Não.</p> <p>10- Qual a melhor forma de organizar os gastos?</p> <p>a) Criar uma planilha e anotar todos os gastos.</p> |
|---|--|

- b) Anotar os gastos mais importantes num caderno qualquer.
 - c) Guardar todas as notas fiscais em um armário.
 - d) Comprar apenas no cartão.
 - e) Nenhuma das alternativas.
- 11-** Como acabar com as dívidas de uma pessoa que já está endividada?
- a) Comprar tudo à vista.
 - b) Usar mais o cartão de crédito.
 - c) Fazer empréstimos.
 - d) Fazer um planejamento financeiro e priorizar o pagamento das dívidas, evitando gastos supérfluos.
 - e) Comprar em nome de terceiros.
 - f) Nenhuma das alternativas.
- 12-** Ao realizar uma compra, você compra por quê?
- a) Planejou com antecedência.
 - b) Tem necessidade.
 - c) Está na promoção.
 - d) Está em liquidação.
 - e) Tem crédito pré-aprovado.
 - f) Outros.
- 13-** Como você costuma realizar suas compras a prazo?
- a) Nunca. Só compro à vista.
 - b) Cheque pré-datado.
 - c) Cartão de crédito.
 - d) Crediário.
 - e) Empréstimo bancário (Curto prazo).
 - f) Empréstimo consignado.
 - g) Financiamento bancário (Longo prazo).
 - h) Consórcio.
 - i) Leasing.
 - j) Outros.
- 14-** Atualmente, você possui compras realizadas de forma parcelada? (Crediário, crédito rotativo, cheque pré-datado, cartão de crédito, etc).
- a) Sim.
 - b) Não.
- 15-** Qual o percentual do seu rendimento mensal está comprometido com prestações/obrigações mensais?
- a) De 1% a 30%
 - b) De 31% a 60%
 - c) De 61% a 90%
 - d) De 91% a 100%
- 16-** Você considera-se endividado(a)?
- a) Sim.
 - b) Não.
- 17-** Você já repactuou (renegociou) prestação/obrigação alguma vez?
- a) Sim.
 - b) Não.
- 18-** Você utiliza empréstimos como cheque especial, cartão de crédito ou outros para o pagamento de prestações/obrigações?
- a) Sim.
 - b) Não.
- 19-** Você realiza o acompanhamento dos seus gastos mensais?
- a) Não realizo.
 - b) Caderno de anotações.
 - c) Planilha eletrônica.
 - d) Extrato bancário.
 - e) Fatura cartão de crédito.
 - f) Comprovante cartão de débito.
 - g) Outros.

UNIVERSIDADE DA INTEGRAÇÃO INTERNACIONAL DA LUSOFONIA AFRO-BRASILEIRA - UNILAB

INSTITUTO DE CIÊNCIAS EXATAS E DA NATUREZA – ICEN

CURSO DE LICENCIATURA EM CIÊNCIAS DA NATUREZA E MATEMÁTICA – CNeM

QUESTIONÁRIO PARA OS ALUNOS

- | | |
|--|---|
| <p>1. Sexo: F () M ()</p> <p>2. Indique a sua faixa etária?</p> <p>() Menos de 20 anos</p> <p>() De 20 a 30 anos</p> <p>() De 30 a 40 anos</p> <p>() De 40 a 50 anos</p> <p>() Mais de 50 anos</p> <p>3. Indique o seu estado civil?</p> <p>() Solteiro</p> <p>() Casado/União estável</p> <p>() Separado/Divorciado</p> <p>() Viúvo</p> <p>() Outro</p> <p>4. Qual a sua atividade profissional principal?</p> <p>() Estudante</p> <p>() Funcionário do setor público</p> <p>() Funcionário do setor privado</p> <p>() Empresário</p> <p>() Profissional liberal</p> <p>() Desempregado</p> <p>() Outros</p> | <p>Caso tenha uma fonte de renda responda a questão 5.</p> <p>5. Qual o valor de sua renda?</p> <p>() Menos de 200 reais/mês</p> <p>() De 200 a 500 reais/mês</p> <p>() De 500 a 800 reais/mês</p> <p>() De 800 a 1000 reais/mês</p> <p>() De 1000 a 1500 reais/mês</p> <p>() Mais de 1500 reais/mês.</p> <p>6. Quantas pessoas são dependentes da sua renda?</p> <p>() Nenhuma</p> <p>() Uma</p> <p>() Duas</p> <p>() Três</p> <p>() Quatro ou mais</p> <p>7. Você faz o monitoramento de seus gastos?</p> <p>() Não</p> <p>() Sim</p> <p>8. Com que frequência você faz o monitoramento dos seus gastos?</p> <p>() Não faço nenhum monitoramento</p> |
|--|---|

- Diariamente
 - Semanalmente
 - Mensalmente
 - Sempre que lembro
 - Antes de fazer alguma compra
9. Como você faz o monitoramento dos seus gastos?
- Não faço
 - Caderneta/agenda
 - Planilha eletrônica
 - Software específico
 - Aplicativo no celular
 - Outros
10. Se você não faz o monitoramento dos seus gastos, qual o motivo?
- Nunca tive interesse
 - Falta de tempo
 - Não sei como fazer isso
 - Não vejo necessidade em realizar

- Outros
11. Em geral, como você costuma pagar suas obrigações/prestações?
- Adiantado
 - No dia do vencimento
 - Atrasado
12. Você sabe calcular os juros referentes as suas obrigações/prestações?
- Não
 - Sim
13. Qual a finalidade a qual você costuma dar para o seu 13º salário, férias, participação em lucros ou outro tipo de bonificação?
- Investe
 - Quita obrigações/prestações que estão em atraso
 - Antecipa o pagamento de obrigações/prestações
 - Utiliza para consumo distinto das obrigações
 - Outros